

TEMA EM DISCUSSÃO: *Exploração de recursos naturais*

NOSSA OPINIÃO

Amazônia ilegal

A Amazônia é um tesouro legado ao Brasil pelos acasos da História e da geografia. Sorte dos brasileiros, inveja do resto do mundo. Permitir que a herança se dissipe é prova de incompetência, quando não de irresponsabilidade. Estudo recente da Secretaria de Assuntos Estratégicos mostra que anualmente são retirados da região 50 milhões de metros cúbicos de madeira. Desse total, 80% são extraídos ilegalmente, e de 60% a 70% da madeira extraída se perdem no processamento.

Ao desastre ecológico se somam prejuízos econômicos, pois não há reposição adequada, e a quantidade de árvores derrubadas é muito maior do que seria desejável para preservar a mata. Uma comissão especial da Câmara apontou como grandes vilões as madeiras da Malásia e da China. Elas entraram no Brasil precedidas de péssima reputação internacional por terem devastado as florestas tropicais de uma longa lista de países: Indonésia, Camboja, Papua Nova Guiné, Camarões, Costa do Marfim, Guiana, Suriname e a própria Malásia.

Oficialmente, elas anunciaram a intenção de investir US\$ 500 milhões na Floresta Amazônica, tendo comprado pelos menos duas grandes empresas brasileiras. Mas, para agir clandestinamente na Amazônia, estariam burlando a fiscalização utilizando-se de artifícios legais, como a compra de ações de pequenas empresas locais.

"As claras, elas possuem dois milhões de hectares na Amazônia", disse o presidente da comissão, deputado Gilney Viana. "Mas este número é relativamente pequeno, e suspeitamos que seja dez vezes maior."

Segundo o Ibama, a empresa malaia WTK comprou a madeireira Amaplac, do Amazonas, por US\$ 7 milhões, e já tem nesse estado uma propriedade de 1,2 milhão de hectares e outra de 210 mil. Não são apenas as madeiras malaias que estariam se aproveitando de brechas

na legislação e escapando da fiscalização. Há também empresas da Bélgica, do Panamá, das Bahamas e do Uruguai interessadas no filão da madeira amazônica. O bom senso recomenda que o Governo investigue a atuação anterior das madeiras estrangeiras, e negue autorização às predadoras.

Pelos dados do Ibama, 8,5% dos 490 milhões de hectares da Floresta Amazônica estão devastados. Esse quadro alarmante mostra que o Governo tem sido incapaz de fazer cumprir a lei e impedir a rapi-

nagem. É necessário um projeto de exploração racional controlado com mão de ferro pelo Estado, antes que seja tarde. A defesa dos interesses do Brasil requer leis rigorosas e fiscalização competente que assegurem a reposição das árvores derrubadas. É dever desta e das próximas gerações passar adiante, preservado, o tesouro recebido por herança.

Que o Governo
investigue ...
e negue
autorização às
predadoras

OUTRA OPINIÃO

Questão de bom senso

PAULO BENINCÁ DE SALLES

O Ibama tem hoje um poder de atuação maior na área florestal, em vista dos trabalhos desenvolvidos ano passado, quando suspendeu e cancelou cerca de 70% dos planos de manejo florestal que existem na Amazônia. Só essa iniciativa contribuirá para diminuir, substancialmente, a exploração florestal naquela região.

O Governo tomou outras medidas de extrema importância: a MP1.511, que limita o desmatamento em 20% da área das propriedades, além de reduzir o desmatamento, faz cair a oferta de matéria-prima florestal oriunda de áreas convertidas para usos agrícola ou pecuário; e o Decreto 1.963/96, que proíbe concessões de novas explorações de mogno e virola.

Essas medidas sinalizam que, hoje, a exploração florestal da Amazônia e a atuação do Ibama têm apoio nas estruturas de poder da União, tanto vertical como horizontalmente: da Presidência da República e da articulação entre o Ministério do Meio Ambiente e demais ministérios afeitos à questão.

O Ibama fez ainda um esforço para equipar suas superintendências na Amazônia Legal com barcos, viaturas e GPSs para fiscalização. Os investimentos, de R\$ 3 milhões, são do Ministério do Meio Ambiente. Todo esse esforço está lastreado no controle dos planos de manejo florestal na Amazônia. Todos estão georeferenciados, ou seja, pode-se orientar o vôo da aeronave que transportará o sensor da Nasa (que trabalhou aqui em 96) sobre áreas autorizadas para manejo florestal. O sistema permite, pela primeira vez no Brasil, identificar a exploração florestal sele-

tiva, exercendo rigoroso controle com otimização de recursos humanos e materiais. Quanto à propagada entrada de empresas malaias no Brasil, o Governo tem se articulado para dominar essa nova presença de exploradores florestais, de modo a que não somente a questão florestal seja controlada, mas também o domínio das terras e os aspectos fiscais.

É importante desmitificar a suposta ameaça malaia, de incrementar a exploração florestal da região. Nos próximos três anos isso não deve ocorrer. As madeiras de capital malaio estão comprando empresas que estavam falidas ou em processo de falência, e que com capacidade de produção instalada. Isso não se altera de repente. Não há a mínima possibilidade de uma empresa passar, como num passe de mágica, da produção de 20 metros cúbicos para mil metros cúbicos de madeira/mês, sem promover um processo de modernização de parque industrial, o que vai ser acompanhado pelo Governo.

O Ibama conhece as 15 empresas do Pará que controlam cerca de 80% das exportações brasileiras. Os seus planos de manejo são

controlados todos os anos, o que afasta a possibilidade de surpresas desagradáveis, com a chegada de quem quer que seja. Mas o principal fator de sucesso do Ibama passa por outro caminho. A crescente conscientização sobre a causa ambiental e o entendimento sobre a exploração sustentável dos recursos naturais vêm fazendo crescer, a cada dia, a participação da sociedade no controle dos atos dos gestores públicos, o que é extremamente positivo.

... dominar
essa nova
presença de
exploradores
florestais

PAULO BENINCÁ DE SALLES é diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama.